

# Professor recebe proposta

A secretária de Educação, Josephina Baiocchi, enviou ontem ao Sindicato dos Professores (Sinpro) a proposta oficial do governo para acabar com a greve no ensino público, que já dura 12 dias. A proposta assegura licença-prêmio de três meses a cada 10 anos, quinquênio de 5% e reformulação do Plano de Cargos e Salários (PCS) de uma só vez, em junho, o significa um reajuste de até 42,36%, dependendo no nível profissional do professor. A proposta será analisada hoje pela categoria, em assembleia geral, às 9h00, no Estádio Mané Garrincha.

Mesmo sem querer antecipar qual será a postura da diretoria do Sinpro diante da proposta oficial do governo, Lúcia Ivanov, secretária do sindicato, disse que ainda existem muitas questões pendentes. "Até agora a reposição das perdas salariais é zero, e nós estamos reivindicando 71%. Este reajuste decorrente da reformulação do PCS não atinge toda a categoria", comentou Lúcia.

Segundo a sindicalista pelo menos 20% (3 mil e 500 professores) não seriam beneficiados com esta reformulação. A maior parcela da categoria, 40% (7 mil profissionais), receberia um reajuste de 22,72% e apenas 2% (350 professores) teria o reajuste de 42,36%.

## Contra mudança

Lúcia Ivanov argumentou ainda que o governo negou o piso salarial, a transformação da antecipação de férias em abono, limite de alunos por sala de aula, insalubridade, vale-refeição entre outras reivindicações da categoria. "O mais grave porém, é que eles querem que nós assinemos um acordo coletivo com validade somente até o dia 31 de dezembro para consolidar a mudança da nossa data-base para 1º de janeiro, unificando-a aos demais servidores do GDF. Somos radicalmente contra esta mudança afirmou a sindicalista.

Um grupo de professores foi ontem, a Comissão do DF no Senado tentar resolver um outro ponto polêmico no acordo salarial da categoria. O governo mantém a gratificação de três em três anos, aumentando o percentual de 7% para 9,33% ou reduz para dois anos com o percentual de 5,87%.

Os professores querem os 9,33% de dois em dois anos. A decisão será da Comissão do DF e o presidente, senador Mauro Benevides (PMDB-CE) garantiu aos docentes que colocará em discussão e votação, em caráter de urgência, assim que essa matéria chegar ao Senado Federal.